



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

02/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Salário não pago por 2 anos é condição semelhante à escravidão, decide juíza

Entre os fatores que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo, conforme a Instrução Normativa 91/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego, está a execução de atividades em condições degradantes.

Assim, a 6ª Vara do Trabalho de São Paulo condenou um empregador a indenizar em R\$ 50 mil um trabalhador submetido a condição análoga à escravidão.

O homem ficou mais de dois anos sem receber qualquer salário para cuidar do sítio do patrão. Além disso, foi cortado o fornecimento de energia do local de trabalho do profissional, que era também sua residência. Para sobreviver, ele precisou da ajuda de terceiros.

A juíza Julia Pestana Manso de Castro constatou desrespeito aos direitos fundamentais básicos do trabalhador. "O empregador deixou o trabalhador à própria sorte, sem condições de trabalho e moradia dignas", apontou ela.

Ao estipular a indenização, a magistrada levou em conta o grau de culpa, o porte econômico do patrão, a situação vivida pelo autor e o caráter pedagógico, para evitar ilícitos semelhantes.

A juíza ainda reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho e determinou o pagamento de verbas como aviso prévio, salários e férias vencidas.

No último dia 5, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho instituíram um grupo que busca, entre outros objetivos, desenvolver um programa de enfrentamento ao labor em condições análogas à escravidão. Com informações da assessoria de imprensa do TRT-2. Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 02 de fevereiro.

Brasil cria 2 milhões de empregos formais em 2022, 27% a menos que em 2021

O Brasil encerrou 2022 com um saldo positivo de 2,038 milhões de empregos formais, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgado nesta terça-feira (31) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, número 26,6% menor do que o observado no ano anterior.

Em 2021, ano marcado pela retomada da atividade após o período mais agudo de impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, haviam sido abertos 2,777 milhões de postos em termos líquidos, conforme série ajustada.

O resultado do ano passado é reflexo de 22,6 milhões de admissões, 8,1% acima do observado no ano anterior, e 20,6 milhões de desligamentos, alta de 13,4%.

"A gente teve mais admissões e mais desligamentos, um saldo menor que significa também um aumento da rotatividade no mercado de trabalho no ano", disse o subsecretário de Estudos e Estatísticas do Trabalho, Felipe Pateo.

Em dezembro, mês que normalmente tem elevado volume de desligamentos de trabalhadores contratados temporariamente para as festas de fim de ano, foram fechados 431.011 postos.

O resultado do mês passado veio pior do que o fechamento líquido de 371,5 mil vagas de trabalho projetado por analistas em pesquisa Reuters e foi resultado de 1.382.923 admissões contra 1.813.934 desligamentos.

O estoque de empregos formais do Brasil subiu 5,01% no ano passado em relação a 2021, a 42,7 milhões de trabalhadores. Em dezembro de 2021, o patamar estava em 40,7 milhões.

Todos os grupamentos de atividades econômicas do Caged tiveram saldo positivo no ano passado. O destaque ficou com o setor de serviços, que abriu 1,177 milhão de vagas.

Em seguida, aparecem comércio (+350 mil), indústria (+252 mil), construção (+194 mil) e agropecuária (+65 mil).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 01 de fevereiro.

Copom mantém juros básicos da economia em 13,75%

Apesar da alta recente na inflação, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa continua no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano. Essa foi a quarta vez seguida em que o BC não mexe na taxa, que permanece nesse nível desde agosto. Anteriormente, o Copom tinha elevado a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

De março a junho de 2021, o Copom elevou a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto do mesmo ano, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião. Com a alta da inflação e o agravamento das tensões no mercado financeiro, a Selic foi elevada em 1,5 ponto de outubro de 2021 até fevereiro de 2022. No ano passado, o Copom promoveu dois aumentos de 1 ponto, em março e maio, e dois aumentos de 0,5 ponto, em junho e agosto.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 02 de fevereiro.

São Paulo adia mudança em tributação de medicamentos por 30 dias

Após reuniões com representantes da indústria farmacêutica, a Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo prorrogou em 30 dias a aplicação dos novos preços de referência para tributação do setor.

A alteração dos valores, inicialmente prevista para agosto 2022, já havia sido prorrogada para 1º de fevereiro. Agora, entrará em vigor a partir de 1º de março.

"Neste período, a Sefaz-SP vai analisar as informações e os questionamentos apresentados pelo setor", diz a secretaria.

O preço dos medicamentos deve subir duas vezes em 2023 em 15 estados que elevaram as alíquotas de ICMS ou os preços de referência para aplicação deste imposto. A mudança na tributação local irá se somar ao reajuste anual de preços autorizado a partir de 1º de abril para todo o país.

No final de 2022, 12 estados elevaram as alíquotas de ICMS sobre diversos produtos, como forma de compensar o corte no imposto sobre combustíveis e energia elétrica. Os medicamentos estão entre esses itens que terão aumento de carga tributária neste ano.

O novo ICMS entra em vigor em março em sete estados: Bahia, Piauí, Paraná, Pará, Sergipe, Amazonas e Roraima. A mudança vale a partir de 1º de abril em outros cinco: Acre, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte e Tocantins. As alíquotas estão atualmente em 17% ou 18% nesses locais.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 02 de fevereiro.

Começa nesta quarta adesão ao programa Litígio Zero do governo

Lançado em 12 de janeiro pelo Ministério da Fazenda, o programa Litígio Zero, chamado oficialmente de PRLF (Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal), prevê a renegociação de dívidas de pessoas físicas e empresas, com descontos e prazo de até 12 meses para pagamento.

A adesão ao programa deve ser feita das 8h desta quarta (1º) até as 19h de 31 de março, segundo portaria conjunta da Receita Federal e da Fazenda Nacional.

Podem ser negociadas dívidas tributárias em discussão no âmbito das DRJ (Delegacias da Receita Federal de Julgamento), do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) ou débitos de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscritos em dívida ativa da União.

Para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, o desconto será de 40% a 50% do valor total da dívida, incluindo o tributo que originou o passivo, além de juros e multa, para débitos até 60 salários mínimos (R\$ 78.120).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 02 de fevereiro.